



# A Santa Sé

---

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II  
AOS MEMBROS DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL  
DA INGLATERRA E DO PAÍS DE GALES  
EM VISITA «AD LIMINA APOSTOLORUM»**

*Eminência*

*Queridos Irmãos Bispos*

1. É no amor do Senhor Jesus que vos dou as boas-vindas — Bispos da Inglaterra e do País de Gales — por ocasião da vossa visita *ad limina Apostolorum*, e faço extensivas as minhas cordiais saudações aos sacerdotes, diáconos, religiosos e fiéis leigos das Igrejas particulares a que presidis no amor. Neste ano celebra-se o 1.400º aniversário da chegada à Bretanha de Santo Agostinho, o Apóstolo dos Ingleses, cuja obra no meio dos anglo-saxões lançou o fundamento para o sucessivo crescimento do Cristianismo na vossa terra. O nosso presente encontro está ligado de maneira muito real àqueles eventos que ocorreram há 14 séculos. Os vínculos de comunhão eclesial, que naquela época foram entretidos entre a Sé Apostólica e essa parte da Igreja universal confiada ao vosso cuidado, sobreviveram às vicissitudes da história e são vivamente expressos e renovados mediante a vossa visita, que tem um dos seus momentos de maior relevância na vossa profissão de fé junto dos túmulos dos Príncipes dos Apóstolos, Pedro e Paulo. Viestes para «visitar Pedro» (cf. *Gl* 1, 18) na pessoa do seu Sucessor na Sé de Roma, «a maior e mais antiga Igreja» (Santo Ireneu, *Adv. Haer.*, III.3.2). Desta forma, a vossa visita dá testemunho do singular ministério de unidade, que o Bispo de Roma desempenha em benefício de toda a grei de Cristo (cf. *Jo* 21, 15- 17), evocando também a comum responsabilidade que nós, Bispos, temos «por todas as Igrejas» (2 *Cor* 11, 28).

A imagem da primeira Comunidade cristã, como é descrita no Actos dos Apóstolos — «era perseverante em ouvir o ensinamento dos Apóstolos, na comunhão fraterna, na fracção do pão e nas orações» (2, 42) — constitui uma recordação de que a Igreja é uma amorosa comunhão de crentes congregados à volta dos Apóstolos e dos seus Sucessores, e está constantemente a formar-se numa unidade de fé, disciplina e vida, no poder do Espírito Santo. O Senhor confiou ao

Colégio Episcopal de maneira particular a tarefa de edificar a *koinonia* e, por conseguinte, jamais devemos cessar de encorajar o Povo de Deus a ter «um só coração e uma só alma» (*Act* 4, 32). É importante que aos olhos da Igreja e do mundo nós, Pastores, nos mostremos «reunidos pelos vínculos da unidade, da caridade e da paz» (*Lumen gentium* 22), conduzindo os fiéis a uma união cada vez maior com Deus Trindade (cf. 1 *Jo* 1, 3) e à comunhão recíproca no Corpo de Cristo (cf. 1 *Cor* 10, 16). Num espírito de confiança evangélica, devemos esforçar-nos por tornar a nossa comunhão cada vez mais profunda e cordial.

2. A aproximação do Grande Jubileu constitui um premente convite aos Pastores da Igreja a guiarem as comunidades que lhes são confiadas, numa peregrinação espiritual rumo ao cerne mesmo do Evangelho. O nosso caminho rumo ao Ano 2000 deveria adquirir a forma de uma busca genuína de conversão e de reconciliação, purificando-nos dos erros do passado e das instâncias de infidelidade, de incoerência e de atraso na acção (cf. *Tertio millennio adveniente*, 33). Certamente, não basta fazer declarações públicas de arrependimento pelos erros cometidos no passado. Devemos recordar-nos — a nós mesmos e aos fiéis — da natureza radicalmente pessoal do arrependimento e da conversão exigida. A alegria do Jubileu é «de modo particular a alegria pela remissão das culpas, a alegria da conversão» (*Ibid.*, 32). Neste sentido, constitui uma ocasião para ajudar os fiéis a recuperarem o verdadeiro «sentido do pecado» (cf. 1 *Jo* 1, 18), levando a um renovado apreço da beleza e do júbilo do Sacramento da Penitência (cf. *Pastores dabo vobis*, 48). Só haverá uma renovação da prática sacramental se existir um interesse determinado pelo Sacramento da Reconciliação na pregação, na catequese, nos programas e nos projectos pastorais das dioceses. O melhor catequista da Reconciliação é o sacerdote que recorre regularmente a este Sacramento. Os sacerdotes, que se dedicam ao ministério da reconciliação, sabem que se trata de uma tarefa exigente e com frequência exaustiva, e contudo de «um dos mais belos e consoladores ministérios » da sua vida (*Reconciliatio et paenitentia*, 29). Por outro lado, num certo sentido os fiéis têm o direito de dispor de horários estabelecidos para a confissão na própria paróquia e de encontrar os seus sacerdotes sempre prontos a receber as pessoas que estiverem em busca da confissão.

3. A paróquia permanece o lugar em que normalmente os fiéis se reúnem como uma única família para ouvir a palavra salvífica de Deus, para celebrar os sacramentos com dignidade e reverência, e para ser inspirados e revigorados na sua missão de consagrar o mundo na santidade, na justiça e na paz. A paróquia torna presente o mistério da Igreja como uma comunidade orgânica em que «o pároco — que representa o Bispo diocesano — é o vínculo hierárquico com toda a Igreja particular» (*Christifideles laici*, 26). Outras instituições, organizações e associações são sinais de vitalidade, instrumentos de evangelização e fermento de vida cristã, enquanto contribuem para a edificação da comunidade local na unidade da fé e da vida eclesial. Cada comunidade em que os fiéis se congregam para receber o alimento espiritual e trabalhar no serviço eclesial, deve estar plenamente aberta à «unidade do Espírito no vínculo da paz» (*Ef* 4, 3) — unidade que exige uma conexão orgânica com a Igreja particular, garantindo o carácter eclesial de tal comunidade e pondo em prática os seus carismas.

Os pastores têm o dever de promover «os carismas, os ministérios, as várias formas de participação do Povo de Deus, embora sem decair num democratismo e num sociologismo, que não reflectem a visão católica da Igreja e o autêntico espírito do Vaticano II» (*Tertio millennio adveniente*, 36). No documento *The Sign We Give* («O sinal que nós damos»), aprovado pela vossa Conferência Episcopal em 1995, reconheceis a necessidade de fortalecer «o ministério de colaboração» entre os Bispos, os sacerdotes, os religiosos e os leigos, de forma que uma comunhão genuína na missão seja cada vez mais evidente na vida diocesana e paroquial. Trabalhar em conjunto, num autêntico «anúncio do Evangelho» (Fl 1, 5), exige muito mais do que uma distribuição das tarefas orientada segundo a necessidade prática. Tal trabalho tem o seu fundamento nos Sacramentos da iniciação cristã (cf. *Christifideles laici*, 23) e requer uma consciência dos diferentes dons que o Espírito confia ao inteiro Corpo de Cristo (cf. 1 Cor 12, 4-13). Precisamente por este motivo, exige também uma clarividência teológica e prática no que concerne à especificidade do sacerdócio ministerial. Não é porventura verdade que, quanto mais se aprofunda o sentido de vocação dos leigos, tanto mais eles reconhecem a consagração sacramental do sacerdote e o papel específico deste na promoção «do sacerdócio baptismal de todo o Povo de Deus, conduzindo-o à sua plena actuação eclesial» (*Pastores dabo vobis*, 17)?

4. Os sacerdotes constituem a grande obra do vosso ministério episcopal. Em cada aspecto e fase das suas vidas sacerdotais, devem ser o sujeito da vossa oração e o objecto da vossa amorosa solicitude. Desde a vossa última visita *ad Limina*, completou-se a visita canónica aos seminários da Inglaterra e do País de Gales, confirmando que actualmente, talvez mais do que no passado, os candidatos precisam de ser orientados nas áreas do desenvolvimento humano e da formação, de maneira especial no que se refere aos relacionamentos interpessoais em geral, à castidade, ao celibato e a toda a gama de atitudes e qualidades que os hão-de levar a tornar-se seres humanos amadurecidos e equilibrados, dotados nas relações com os outros e psicologicamente preparados para as exigências da vida e do trabalho sacerdotais. Eles têm necessidade de uma formação humana, espiritual, académica e pastoral profundamente assimilada, se quiserem preparar-se para o sacerdócio em conformidade com o espírito de Cristo e da Igreja. É significativo que a vossa Conferência Episcopal esteja a rever a Carta para a formação sacerdotal, uma revisão que há-de levar em consideração a Exortação Apostólica pós-sinodal *Pastores dabo vobis* e os principais Documentos da Santa Sé, no seu desejo de apresentar a compreensão da Igreja acerca do ministério sagrado como uma configuração sacramental com Jesus Cristo, tornando os sacerdotes capazes de agir *in persona Christi Capitis* e no nome da Igreja.

A visita canónica teve em consideração a cooperação específica dos membros dos leigos, tanto homens como mulheres, na formação dos sacerdotes. Esta cooperação dará os almejados frutos se for «oportunamente coordenada e integrada» no trabalho das pessoas responsáveis, em primeira linha, pela formação dos seminaristas (*Pastores dabo vobis*, 66). É sempre necessário distinguir entre a formação específica dos seminaristas que se preparam para as Ordens sagradas e os cursos oferecidos àqueles que são destinados a exercer outros ministérios no seio

da Igreja. A formação sacerdotal não é apenas e principalmente uma questão de desenvolver as capacidades pastorais, mas de forjar os sentimentos — o verdadeiro coração e a verdadeira mente — de Jesus Cristo (cf. *Fl* 2, 5) nas pessoas que haverão de representar o Sumo e Eterno Sacerdote.

Como podemos deixar de mencionar a importância da oração fervorosa e constante, de forma especial nas famílias e nas paróquias, para um incremento das vocações ao sacerdócio e à vida religiosa? O apostolado das vocações depende enormemente do apostolado da oração. Assim como o discípulo André, que conduziu o seu irmão Simão a Jesus (cf. *Jo* 1, 40-42), também o Bispo tem uma responsabilidade pessoal na promoção de novas vocações ao serviço do Senhor. Enquanto o Bispo deveria encorajar os sacerdotes e os religiosos a fazer tudo o que lhes é possível neste campo, deve inclusivamente apoiar programas específicos, destinados a levar os jovens a entrar em contacto com o seminário e com as diferentes formas de vida consagrada. Nisto, é essencial contar com a cooperação de sacerdotes e de pessoas consagradas, que efectivamente projectem uma imagem positiva da própria vocação. A moral cristã e a investigação científica

5. Os fiéis esperam que vós, quer individualmente como Bispos, quer como Conferência, lhes dediqueis a orientação espiritual e moral que os há-de ajudar a responder às complexas problemáticas que se apresentam a eles mesmos e às suas famílias, na sociedade contemporânea. Esperam que os seus directores espirituais sejam capazes de partilhar com eles as «razões da esperança» (cf. *1 Pd* 3, 14), a esperança que deriva da verdade acerca do homem como criatura amada por Deus, remida mediante o sangue de Cristo e destinada à comunhão eterna com Ele no Céu; a verdade sobre a dignidade do homem e, conseqüentemente, sobre a sua responsabilidade pela vida e pelo mundo em que vive.

Hoje em dia, tende-se a considerar a própria vida humana em conformidade com uma «mentalidade consumista». A vida só é valorizada se for útil de alguma forma ou se puder oferecer satisfação e prazer. O sofrimento é rejeitado como um mal insignificante, a ser evitado custe o que custar. As elites influentes procuram convencer a opinião pública a autorizar o aborto e a eutanásia, como soluções moralmente aceitáveis para os problemas da vida. Àqueles que actualmente procuram salvaguardar o chamado «direito a morrer com dignidade», a Igreja não pode deixar de responder que os cristãos têm a clara obrigação de se oporem à legislação que ameaça a vida humana ou nega a sua dignidade (cf. *Evangelium vitae*, 72). Como Bispos, devemos ensinar que o cuidado da vida exige que todos respeitem a diferença médica, moral e ética entre curar — utilizando todos os instrumentos disponíveis para cuidar da vida, desde a sua concepção segundo a natureza até ao seu termo natural — e matar. Perante os recentes progressos na biotecnologia, com implicações morais extremamente delicadas, a Igreja inteira, guiada pelo Colégio Episcopal em união com o Papa, deve proclamar categórica e claramente que a investigação científica só é verídica em si mesma como actividade humana, se respeitar a ordem ética inscrita pelo Criador no coração do homem (cf. *Rm* 2, 15).

6. De igual modo, quando vos pronunciáis contra a injustiça e encorajais os fiéis leigos a serem o «sal da terra» (cf. *Mt* 5, 13), dizeis que a autêntica renovação da vida social e política se fundamenta sobre a ordem moral revelada na criação (cf. *Rm* 2, 15) e iluminada pelo mistério de Cristo, em quem «subsistem todas as coisas» (*Cf* 1, 17). Com efeito, a difusão da doutrina social da Igreja faz «parte da missão evangelizadora da Igreja» (*Sollicitudo rei socialis*, 41). O Grande Jubileu do Ano 2000 traz consigo o desafio de «se fazer voz de todos os pobres do mundo» (*Tertio millennio adveniente*, 51), e oferece à Igreja, que está na Inglaterra e no País de Gales, a ocasião para estabelecer uma nova aliança com os pobres — com os necessitados, os sofredores, os abandonados e especialmente as pessoas, cujas vidas são ameaçadas no seio materno ou negligenciadas e levadas a sentir-se incómodas nos anos da própria senilidade. Exorto-vos a insistir para que os fiéis e a sociedade em geral cumpram o dever que consiste em ver em cada pessoa a «manifestação de Deus, sinal da sua Presença, vestígio da sua Glória» (*Evangelium vitae*, 34).

7. O vosso serviço de comunhão eclesial leva-vos necessariamente a um leal e respeitoso diálogo com as pessoas que não vivem em plena comunhão com a Igreja católica. Acolhestes o urgente apelo da Carta Encíclica *Ut unum sint*, na qual eu disse que o restabelecimento da plena unidade visível de todos os cristãos «pertence organicamente à vida e à acção da Igreja, devendo, por conseguinte, permeá-la no seu todo» (n. 20). O caminho ecuménico não é isento de dificuldades, nem de aparentes retrocessos, entre os quais se deve incluir a decisão da Igreja da Inglaterra de admitir as mulheres ao ministério ordenado. Enquanto continuais a buscar, juntamente com os membros de outros Organismos cristãos, uma mais profunda compreensão da natureza do ministério e da autoridade magisterial da Igreja, sois chamados a explicar os motivos por que a Igreja católica afirma que não possui a autoridade para mudar algo tão fundamental no corpo da Tradição cristã (cf. *Ordinatio sacerdotalis*, 4). Os fiéis deveriam ser ajudados a compreender que tal ensinamento não constitui uma discriminação contra as mulheres, uma vez que o sacerdócio não é um «direito» ou um «privilégio», mas uma vocação que não se escolhe, mas à qual se é «chamado por Deus, à maneira de Aarão» (*Hb* 5, 4). Por outro lado, incumbe sobre a comunidade eclesial promover um maior apreço dos dons específicos das mulheres e torná-las capazes de se empenharem mais activamente em funções de responsabilidade no seio da Igreja (cf. *Carta às Mulheres*, 11-12). Todos nós devemos esforçar-nos neste sentido, confiantes de que a Igreja no Terceiro Milénio suscitará novos modos de «o génio feminino» edificar o Corpo de Cristo.

8. Estimados Irmãos no Episcopado, rezo ardentemente para que a vossa visita aos túmulos dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo vos encoraje a perseverar na obra de Cristo, eterno Sacerdote, Pastor e Guardiã das nossas almas (cf. *1 Pd* 2, 25). «Vós estais no meu coração. De facto, participais comigo da graça que recebi... na defesa e na confirmação do Evangelho» (*Ff* 1, 7). Como Bispos, em obediência à única verdade que nos há-de libertar (cf. *Jo* 8, 32), somos frequentemente chamados a repetir as «duras admoestações» (cf. *Jo* 6, 60) e indicar a «porta estreita e o caminho difícil que levam à vida» (cf. *Mt* 7, 14). Procuramos fazê-lo com compaixão e

respeito por todas as pessoas. Devemos caminhar juntamente com os nossos irmãos e irmãs, abraçando com amor todas as pessoas aflitas pela debilidade humana e reconhecendo nos pobres e nos sofredores a semelhança do nosso Senhor e Mestre, pobre e sofredor (cf. *Lumen gentium*, 8). A nossa esperança e confiança estão sempre fundadas no poder do Senhor ressuscitado. Invocando abundantes bênçãos do Espírito Santo sobre vós e sobre as pessoas confiadas ao vosso cuidado pastoral, recomendovos à intercessão de Maria, Mãe da Igreja e, do íntimo do coração, concedo- vos a minha Bênção Apostólica.